

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	40
--	----

Motivos de Reapresentação	41
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	3.677.195	3.532.694
1.01	Ativo Circulante	358.830	277.070
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	227.328	127.577
1.01.03	Contas a Receber	113.863	124.609
1.01.03.01	Clientes	113.863	124.609
1.01.03.01.01	Contas a receber	7.630	6.811
1.01.03.01.02	Créditos com Partes relacionadas	106.233	117.798
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.316	5.546
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.316	5.546
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	5.316	5.546
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.633	6.039
1.01.07.01	Despesas antecipadas	5.633	6.039
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.690	13.299
1.01.08.03	Outros	6.690	13.299
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.963	8.572
1.02	Ativo Não Circulante	3.318.365	3.255.624
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.013.718	953.473
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	866.883	831.239
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	866.883	831.239
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	873	352
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	873	352
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	145.962	121.882
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	2.359	2.239
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	50.814	51.997
1.02.01.09.05	Outros créditos	1.161	1.179
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	91.628	66.467
1.02.03	Imobilizado	117.346	119.374
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	99.184	100.710
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	18.162	18.664
1.02.04	Intangível	2.187.301	2.182.777
1.02.04.01	Intangíveis	2.187.301	2.182.777

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	3.677.195	3.532.694
2.01	Passivo Circulante	560.479	477.213
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.569	16.868
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19.569	16.868
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	19.569	16.868
2.01.02	Fornecedores	32.365	28.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.341	28.797
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	24	190
2.01.03	Obrigações Fiscais	53.531	129.232
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	44.198	120.102
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	37.498	113.437
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais retidos	548	475
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	6.152	6.190
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	493	424
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	493	424
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.840	8.706
2.01.03.03.02	ISS a recolher	8.840	8.706
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	339.360	208.817
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.383	45.413
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.383	45.413
2.01.04.02	Debêntures	293.977	163.404
2.01.05	Outras Obrigações	86.221	72.299
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.927	9.606
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	9.927	9.606
2.01.05.02	Outros	76.294	62.693
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.529	2.519
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.260	2.853
2.01.05.02.06	Mútuos - partes relacionadas	14.029	5.917
2.01.05.02.07	Contas a pagar com operações de derivativos	57.476	51.404
2.01.06	Provisões	29.433	21.010
2.01.06.02	Outras Provisões	29.433	21.010
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	29.433	21.010
2.02	Passivo Não Circulante	2.385.445	2.468.696
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.921.712	2.007.339
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	41.400	52.682
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	41.400	52.682
2.02.01.02	Debêntures	1.880.312	1.954.657
2.02.02	Outras Obrigações	283.263	283.323
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.471	269.217
2.02.02.02	Outros	13.792	14.106
2.02.03	Tributos Diferidos	137.820	135.261
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	137.820	135.261
2.02.04	Provisões	42.650	42.773
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.547	11.214
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.938	4.864
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.543	4.470

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.066	1.880
2.02.04.02	Outras Provisões	31.103	31.559
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	31.103	31.559
2.03	Patrimônio Líquido	731.271	586.785
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	340.035	340.035
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	196.685	196.685
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	94.000	94.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	144.486	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	469.119	505.356
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-158.893	-180.048
3.02.01	Custo de construção	-30.512	-69.946
3.02.02	Provisão de manutenção	-7.104	-4.978
3.02.03	Depreciação e amortização	-34.326	-26.335
3.02.04	Custo da outorga	-45.927	-44.306
3.02.05	Serviços	-16.805	-13.108
3.02.06	Custo com pessoal	-15.526	-14.438
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-3.946	-3.690
3.02.08	Outros	-4.747	-3.247
3.03	Resultado Bruto	310.226	325.308
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.563	-24.668
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.555	-24.555
3.04.02.01	Serviços	-12.929	-13.168
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-5.238	-5.405
3.04.02.03	Materias, equipamentos e veículos	-256	-354
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-1.048	-1.009
3.04.02.05	Outros	-4.084	-4.619
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	133	214
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-141	-327
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	286.663	300.640
3.06	Resultado Financeiro	-68.699	-39.241
3.06.01	Receitas Financeiras	58.730	46.636
3.06.02	Despesas Financeiras	-127.429	-85.877
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	217.964	261.399
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-73.478	-88.799
3.08.01	Corrente	-70.919	-79.616
3.08.02	Diferido	-2.559	-9.183
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	144.486	172.600
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	144.486	172.600
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,82563	0,98629
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,82563	0,98629

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	144.486	172.600
4.03	Resultado Abrangente do Período	144.486	172.600

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	184.893	141.763
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	265.705	257.909
6.01.01.01	Lucro líquido do período	144.486	172.600
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.559	9.183
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	1.183	1.182
6.01.01.04	Depreciação e amortização	35.374	27.344
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	140	327
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprést. e financ.	90.708	49.828
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	0	6.830
6.01.01.09	Juros e Vari.Monet. s/Mútuo c/Partes relacion.	8.112	0
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	136	355
6.01.01.12	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e previdenciários	1.054	873
6.01.01.13	Constituição (Reversão) da provisão de manutenção	7.104	4.978
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.299	444
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-3.713	-10.250
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos	-22.737	-5.785
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-80.812	-116.146
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-955	-6.971
6.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	11.044	13.087
6.01.02.03	Tributos a recuperar	230	-1.016
6.01.02.04	Despesas antecipadas	6.913	2.274
6.01.02.05	Despesas antecipadas de outorga fixa	-35.644	-31.949
6.01.02.07	Fornecedores	18.465	435
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	-5.811	361
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	2.701	1.957
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto	69.912	69.200
6.01.02.11	Pagamentos com IR e CS	-145.613	-163.758
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	10	118
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-436	-50
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-907	298
6.01.02.15	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-721	-132
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.998	-82.768
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-3.737	-1.889
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-39.261	-80.879
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-42.144	-68.464
6.03.02	Emprést., financ. e debêntures - pagamento de principal	-11.288	-38.204
6.03.03	Emprést., financ. e debêntures - pagamento de juros	-30.856	-30.260
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	99.751	-9.469
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	127.577	95.492
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	227.328	86.023

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	246.035	94.000	0	586.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	246.035	94.000	0	586.785
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	144.486	0	144.486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	144.486	0	144.486
5.07	Saldos Finais	246.750	0	246.035	238.486	0	731.271

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	172.600	0	172.600
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	172.600	0	172.600
5.07	Saldos Finais	246.750	0	423.659	172.600	0	843.009

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	509.165	551.755
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	499.855	531.461
7.01.02	Outras Receitas	9.310	20.294
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-79.857	-112.698
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-24.930	-19.394
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.311	-18.380
7.02.04	Outros	-37.616	-74.924
7.02.04.01	Custo de construção	-30.512	-69.946
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-7.104	-4.978
7.03	Valor Adicionado Bruto	429.308	439.057
7.04	Retenções	-35.374	-27.344
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.374	-27.344
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	393.934	411.713
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	58.730	46.636
7.06.02	Receitas Financeiras	58.730	46.636
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	452.664	458.349
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	452.664	458.349
7.08.01	Pessoal	18.022	17.580
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.296	12.280
7.08.01.02	Benefícios	4.671	4.328
7.08.01.03	F.G.T.S.	694	683
7.08.01.04	Outros	361	289
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	112.911	127.706
7.08.02.01	Federais	88.886	103.911
7.08.02.02	Estaduais	234	236
7.08.02.03	Municipais	23.791	23.559
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	177.245	140.463
7.08.03.01	Juros	131.082	95.867
7.08.03.02	Aluguéis	236	290
7.08.03.03	Outras	45.927	44.306
7.08.03.03.01	Direito de outorga	45.927	44.306
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	144.486	172.600
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	144.486	172.600

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Janeiro a Março/2015

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T14.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 438,6 milhões (+0,7%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 294,9 milhões (-3,8%) e a margem EBIT ajustada 67,2% (-3,3 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 330,3 milhões (-1,1%) e a margem EBITDA ajustada 75,3% (-1,4 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 144,5 milhões (-16,3%);

Indicadores (R\$ MM)	1T15	1T14	Var.%
Receita Líquida Operacional*	438,6	435,4	0,7%
EBIT (ajustado)	294,9	306,8	-3,8%
<i>Margem EBIT (ajustada)</i>	67,2%	70,5%	-3,3 p.p.
EBITDA (ajustado)	330,3	334,1	-1,1%
<i>Margem EBITDA (ajustada)</i>	75,3%	76,7%	-1,4 p.p.
Lucro Líquido	144,5	172,6	-16,3%

*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq¹)	1T15	1T14	Var.%
Veículos Equivalentes	66.489.465	69.060.618	-3,7%
Veículos de Passeio (Eq)	30.839.823	30.683.275	0,5%
Veículos Comerciais (Eq)	35.649.642	38.377.343	-7,1%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (-3,7%)

O tráfego consolidado apresentou uma redução de -3,7% sobre o mesmo período de 2014.

Comentário do Desempenho

Veículos de passeio (+0,5%)

A categoria apresentou crescimento de 0,5% no 1T15 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Veículos comerciais (-7,1%)

A categoria apresentou uma redução de -7,1% no 1T15 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	1T15	1T14	Var.%
Receita de Pedágio	469.112	461.296	1,7%
Receitas Acessórias	5.828	10.263	-43,2%
Receita Bruta Operacional Total	474.940	471.559	0,7%

Receita de construção

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	1T15	1T14	Var.%
Total	30.512	69.946	-56,4%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Concessão. Para a CCR AutoBAN, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 1T14 apresentou um alto volume de investimentos, principalmente devido à implantação de faixas adicionais na Rodovia Anhanguera e de vias Marginais em Campinas. Além disso, também se destaca a implantação da 5ª faixa da Rodovia dos Bandeirantes.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T15 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 0,7% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo reajuste da tarifa em julho/14.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 0,5% no 1T15, em relação ao 1T14, totalizando o valor de R\$ 36,3 milhões.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	1T15	1T14	Var.%
Custo de Construção	30.512	69.946	-56,4%
Provisão de Manutenção	7.104	4.978	42,7%
Depreciação e Amortização	35.374	27.344	29,4%
Custo da Outorga	45.927	44.306	3,7%
Serviços de Terceiros	29.734	26.276	13,2%
Custo com pessoal	20.764	19.843	4,6%
Materiais, Equipamentos e Veículos	4.202	4.044	3,9%
Outros	8.831	7.866	12,3%
Custos Totais	182.448	204.603	-10,8%

Os custos e a despesas totais da Concessionária tiveram uma redução de 10,8% no 1T15, alcançando o valor de R\$ 182,5 milhões.

Custo de construção: Os custos de construção sofreram uma redução de 56,4% no 1T15 comparado ao 1T14. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período.

Provisão de manutenção: A provisão de manutenção sofreu um aumento de 42,7% no 1T15, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas no 1T15, em comparação a 1T14 se deve ao início de depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 2T14 e o 4T14.

Custo da outorga: Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2014.

Serviços de Terceiros: Os valores do 1T15 estão 13,2% superiores ao 1T14, principalmente em razão de variação serviços de manutenção da rodovia (custo direto) que tiveram um aumento pontual no período.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 1T15 estão 3,9% superiores ao 1T14

Outros: Os valores do 1T15 estão 12,3% superiores ao 1T14, principalmente pela doação para projetos da Lei Rouanet.

Comentário do Desempenho

EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	1T15	1T14	Var.%
Lucro Líquido	144,5	172,6	-16,3%
(+) IR/CS	73,5	88,8	-17,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	68,7	39,2	75,3%
(+) Depreciação e Amortização	35,4	27,3	29,7%
<i>EBITDA (a)</i>	<i>322,1</i>	<i>327,9</i>	<i>-1,8%</i>
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>68,7%</i>	<i>64,9%</i>	<i>-3,8 p.p.</i>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	7,0	5,0	40,0%
<i>EBITDA ajustado</i>	<i>330,3</i>	<i>334,1</i>	<i>-1,1%</i>
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	<i>75,3%</i>	<i>76,7%</i>	<i>-1,4 p.p.</i>

EBIT

Reconciliação EBIT Ajustado (R\$ MM)	1T15	1T14	Var.%
Lucro Líquido	144,5	172,6	-16,3%
(+) IR/CS	73,5	88,8	-17,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	68,7	39,2	75,3%
<i>EBIT (a)</i>	<i>286,7</i>	<i>300,6</i>	<i>-4,6%</i>
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>61,1%</i>	<i>59,5%</i>	<i>-1,6 p.p.</i>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	7,0	5,0	40,0%
<i>EBIT ajustado</i>	<i>294,9</i>	<i>306,8</i>	<i>-3,8%</i>
<i>Margem EBIT ajustada</i>	<i>67,2%</i>	<i>70,5%</i>	<i>-3,3 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	1T15	1T14	Var.%
Despesas Financeiras	127,5	85,9	48,4%
Juros e Variações Monetárias	90,7	49,8	82,1%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	8,1	0,0	100,0%
Juros sobre impostos parcelados	0,0	6,8	-100,0%
Valor justo de operações com derivativos	15,0	16,9	-11,2%
Perda com operações de derivativos	15,5	21,1	-26,5%
Outras despesas financeiras	-1,8	-8,8	-79,5%
Receitas Financeiras	-58,7	-46,6	26,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-5,1	-2,4	112,5%
Valor Justo de dívida (<i>fair value option</i>)	-18,6	-21,4	-13,1%
Ganho com operações de derivativos	-34,6	-22,4	54,5%
Outras receitas financeiras	-0,4	-0,4	0,0%
Resultado Financeiro Líquido	68,8	39,2	75,5%

O item de Despesas Financeiras no 1T15 está 75,5% superior quando comparado ao 1T14, principalmente pela contratação, em outubro de 2014, de nova dívida e pela variação dos indexadores das dívidas.

Em 28 de maio de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção de taxa, de 2,71% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida – 4ª emissão de debêntures, série 2) para 88,95% do CDI. Em 17 de outubro de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção de taxa de 4,88% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida – 5ª emissão de debêntures) para 98,00% do CDI. Em 27 de outubro de 2014, a Companhia contratou operações de derivativo com objetivo de proteção de taxa, de 5,428% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida – parte da 6ª emissão de debêntures) para 98,90% do CDI (R\$ 100 milhões), para 97,65 % do CDI (R\$ 100 milhões) e para 97,85% do CDI (R\$ 50 milhões).

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	1T15	1T14	Var.%
Total de acidentes	1.586	1.731	-8,4%
Total de vítimas	885	1.017	-13,0%

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede esta localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, até 1º de janeiro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
 - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira. (a)
 - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124. (b)
 - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira. (a)
 - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira. (a)
 - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba. (a)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. (a)
 - Recuperação do trevo do km 62. (a)

- Na Rodovia dos Bandeirantes:
 - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira. (a)
 - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas. (a)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20. (a)

a) Obras concluídas.

b) Obras divididas em trechos que estão sendo realizadas conforme previstos no contrato de concessão.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;

b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;

Notas Explicativas

c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

Neste período não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Outras informações relevantes

Reajuste tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido a compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014 a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Autoban, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo, que aguardam decisão.

Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 13 de maio de 2015.

2. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

3. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

4. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 31 de março de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 201.649, substancialmente composto por empréstimos, financiamentos e debêntures e tributos a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 13. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	4.848	6.070
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>222.480</u>	<u>121.507</u>
	<u>227.328</u>	<u>127.577</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,74% do CDI, equivalente a 12,07% ao ano (10,73% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

6. Contas a receber

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	3.757	3.332
Pedágio eletrônico – outros (b)	<u>6.114</u>	<u>5.584</u>
	9.871	8.916
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(2.241)</u>	<u>(2.105)</u>
	<u>7.630</u>	<u>6.811</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas a Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

Notas Explicativas**Idade de vencimentos dos títulos em aberto**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Créditos a vencer	6.899	6.569
Créditos vencidos até 60 dias	655	194
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	76	48
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	393	111
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>1.848</u>	<u>1.994</u>
	<u>9.871</u>	<u>8.916</u>

7. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	217.964	261.399
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(74.108)	(88.876)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(67)	(68)
Despesas com brindes e associações de classe	(91)	(50)
Despesas indedutíveis	(276)	(31)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	1.057	220
Outros ajustes tributários	<u>7</u>	<u>6</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(73.478)</u>	<u>(88.799)</u>
Impostos correntes	(70.919)	(79.616)
Impostos diferidos	<u>(2.559)</u>	<u>(9.183)</u>
	<u>(73.478)</u>	<u>(88.799)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Notas Explicativas**b. Impostos diferidos**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	124.788	123.651
Valor justo de operações de derivativos	46.126	35.774
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	3.923	3.812
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	2.526	2.237
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.151	1.756
Outros	1.893	1.854
	<u>181.407</u>	<u>169.084</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(245.768)	(248.998)
Valor justo de operações de derivativos	(50.372)	(39.122)
Ganho nas operações de derivativos	(21.189)	(14.356)
Outros	(1.898)	(1.869)
	<u>(319.227)</u>	<u>(304.345)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(137.820)</u>	<u>(135.261)</u>

- (a) Saldos de diferenças temporárias de depreciação e amortização resultante da aplicação do art. 69 da lei 12.973/14 (fim do RTT).

8. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão (1)</u>					
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>				
Circulante	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>				
	<u>Início da concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Não Circulante	<u>50.814</u>	<u>51.997</u>	<u>866.883</u>	<u>831.239</u>	<u>917.697</u>	<u>883.236</u>

(1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão às indenizações de contratos sub-rogados, que foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

(2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão das concessões.

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				Saldos		
					Ativo	Passivo	
	Serviços prestados	Receitas	Intangível	Despesas financeiras	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar	Mútuos
Controladora							
CCR (a)	5.443	-	-	-	7	1.710	-
Outras partes relacionadas							
CPC (b)	7.259	-	-	-	176	2.356	-
RodoAnel Oeste (d)	-	-	-	8.112	-	-	283.246
RodoNorte (c)	-	-	-	-	2	1	-
Serveng Cívilsan (e)	-	-	6.577	-	-	5.804	-
Samm (f)	-	598	-	-	1.776	297	-
STP / CGMP / SGMP (g)	-	-	-	-	105.145	7	-
ViaOeste (c)	-	-	-	-	-	6	-
Total circulante, 31 de março de 2015					106.233	9.927	-
Total não circulante, 31 de março de 2015					873	254	283.246
Total, 31 de março de 2015	<u>12.702</u>	<u>598</u>	<u>6.577</u>	<u>8.112</u>	<u>107.106</u>	<u>10.181</u>	<u>283.246</u>
Total, 31 de dezembro de 2014					118.150	9.606	275.134
Total, 31 de março de 2014	<u>12.955</u>	<u>219</u>	<u>31.785</u>	<u>-</u>			

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (Reapresentado)
Remuneração dos administradores (h)	1.220	992

Na AGO realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Despesas com profissionais chave da administração:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u> (Reapresentado)
Remuneração: (h)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	498	467
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	268	200
Previdência privada	41	46
Seguro de vida	1	1
	<u>808</u>	<u>714</u>

- Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente

Notas Explicativas

- no 1º dia útil do mês;
- c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- d) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;
- e) Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 17 de abril de 2014 a 11 de fevereiro de 2015;
- f) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGMP;
- g) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia nos meses subsequentes;
- h) Contempla valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/03/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	12	3.104	(1.357)	1.747	3.121	(1.313)	1.808
Máquinas e equipamentos	14	38.520	(16.012)	22.508	37.640	(15.033)	22.607
Veículos	23	18.350	(8.225)	10.125	16.417	(7.818)	8.599
Equipamentos operacionais	16	129.800	(64.996)	64.804	128.525	(60.829)	67.696
Imobilizações em andamento	-	18.162	-	18.162	18.664	-	18.664
		<u>207.936</u>	<u>(90.590)</u>	<u>117.346</u>	<u>204.367</u>	<u>(84.993)</u>	<u>119.374</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Notas Explicativas**Movimentação do custo**

	31/12/2014		31/03/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.121	-	(17)	-	3.104
Máquinas e equipamentos	37.640	-	(80)	960	38.520
Veículos	16.417	-	(413)	2.346	18.350
Equipamentos operacionais	128.525	-	(48)	1.323	129.800
Imobilizações em andamento	18.664	4.265	-	(4.767)	18.162
	<u>204.367</u>	<u>4.265</u>	<u>(558)</u>	<u>(138)</u>	<u>207.936</u>

	31/12/2013		31/03/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>234.340</u>	<u>2.292</u>	<u>(936)</u>	<u>1.448</u>	<u>237.144</u>

Movimentação da depreciação

	31/12/2014		31/03/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	(1.313)	(53)	9	-	(1.357)
Máquinas e equipamentos	(15.033)	(1.020)	48	(7)	(16.012)
Veículos	(7.818)	(740)	333	-	(8.225)
Equipamentos operacionais	(60.829)	(4.202)	28	7	(64.996)
	<u>(84.993)</u>	<u>(6.015)</u>	<u>418</u>	<u>-</u>	<u>(90.590)</u>

	31/12/2013		31/03/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>(109.327)</u>	<u>(5.847)</u>	<u>609</u>	<u>(698)</u>	<u>(115.263)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 528 no trimestre findo em 31 de março de 2015 (R\$ 403 no 1º trimestre de 2014). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2015 foi de 0,62% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,64% a.m. no 1º trimestre de 2014.

11. Ativo intangível

	Taxa média anual de amortização %	31/03/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	2.923.926	(740.585)	2.183.341	2.890.180	(711.723)	2.178.457
Direitos de uso de sistemas informatizados	24	8.741	(6.166)	2.575	8.604	(5.843)	2.761
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	5.266	(3.881)	1.385	5.266	(3.707)	1.559
		<u>2.937.933</u>	<u>(750.632)</u>	<u>2.187.301</u>	<u>2.904.050</u>	<u>(721.273)</u>	<u>2.182.777</u>

Notas Explicativas

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Movimentação do custo

	31/12/2014		31/03/2015	
	Saldo inicial	Adições	Transferências(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.890.180	33.745	1	2.923.926
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.604	-	137	8.741
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.266	-	-	5.266
	<u>2.904.050</u>	<u>33.745</u>	<u>138</u>	<u>2.937.933</u>
	31/12/2013		31/03/2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências(a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>2.663.091</u>	<u>79.941</u>	<u>(1.448)</u>	<u>2.741.584</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.185 no trimestre findo em 31 de março de 2015 (R\$ 9.847 no 1º trimestre em 31 de março de 2014). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2015 foi de 0,62% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,64% a.m. no 1º trimestre de 2014.

Movimentação da amortização

	31/12/2014		31/03/2015	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	(711.723)	(28.862)	(740.585)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(5.843)	(323)	(6.166)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.707)	(174)	(3.881)	
	<u>(721.273)</u>	<u>(29.359)</u>	<u>(750.632)</u>	
	31/12/2013		31/03/2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências(a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>(614.132)</u>	<u>(21.497)</u>	<u>698</u>	<u>(634.931)</u>

Notas Explicativas

12. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 31/03/2015	Vencimento Final	31/03/2015	31/12/2014
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	35	Fevereiro de 2017	79.178	89.500 (b)
I BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	7.469	8.444 (b)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	136	151 (c)
Total em moeda nacional				35		86.783	98.095
Circulante							
Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						45.410	45.445
Custos de transação						(27)	(32)
						45.383	45.413
Não Circulante							
Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						41.408	52.695
Custos de transação						(8)	(13)
						41.400	52.682

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Fiança bancária
(c) Bens financiados

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2015</u>
2016	33.859
2017	<u>7.549</u>
	<u><u>41.408</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

No trimestre findo em 31 de março de 2015, não houve a contratação de novas operações, renegociações ou liquidações de operações anteriores.

Notas Explicativas

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Custo efetivo do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar		Vencimento final	31/03/2015	31/12/2014
				31/03/2015	31/12/2014			
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	1.928	Setembro de 2017	968.537	967.824 (e)	
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (a)	1.100	342	Outubro de 2017	149.527	142.670 (e)	
5º Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,04115% (a)	9.147	6.551	Outubro de 2018	489.796	465.385 (e)	
6º Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	0,02831% (a)	7.650	7.032	Outubro de 2019	253.867	241.183 (e)	
6º Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	182.114	300.999 (e)	
6º Emissão - Série única (d)	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	130.448	- (e)	
Total geral				15.853		<u>2.174.289</u>	<u>2.118.061</u>	
						31/03/2015	31/12/2014	
Circulante								
Debêntures						298.811	168.280	
Custos de transação						<u>(4.834)</u>	<u>(4.876)</u>	
						<u>293.977</u>	<u>163.404</u>	
Não Circulante								
Debêntures						1.891.331	1.966.780	
Custos de transação						<u>(11.019)</u>	<u>(12.123)</u>	
						<u>1.880.312</u>	<u>1.954.657</u>	

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.
- (d) Essa parcela da operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

Garantias:

- (e) Não existem garantias.

Notas Explicativas

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2015</u>
2016	361.875
2017	507.518
2018	472.500
2019	<u>549.438</u>
	<u><u>1.891.331</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2014 não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Neste trimestre findo em 31 de março de 2015 não houve a contratação de novas operações ou liquidações antecipadas de operações anteriormente divulgadas.

14. Obrigações fiscais

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRPJ e CSLL	37.498	113.437
ISS	8.840	8.706
COFINS	5.054	5.088
PIS	1.098	1.102
PIS, COFINS e CSLL retidos	548	475
INSS retido	320	296
IRRF	149	128
Outros	24	-
	<u><u>53.531</u></u>	<u><u>129.232</u></u>

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro a seguir, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes; e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Notas Explicativas

	31/12/2014		31/03/2015			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	1.880	146	(29)	122	(53)	2.066
Trabalhistas e previdenciários	4.470	587	(297)	122	(339)	4.543
Tributários	4.864	-	-	74	-	4.938
	<u>11.214</u>	<u>733</u>	<u>(326)</u>	<u>318</u>	<u>(392)</u>	<u>11.547</u>
	31/12/2013		31/03/2014			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo final
Movimento em 2014	<u>6.826</u>	<u>1.184</u>	<u>(409)</u>	<u>98</u>	<u>(132)</u>	<u>7.567</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no trimestre findo em 31 de março de 2015, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 123 e R\$ 206, respectivamente (R\$ 146 e R\$ 588, respectivamente em 31 de março 2014).

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	31/03/2015	31/12/2014
Cíveis e administrativo	10.611	6.675
Trabalhistas e previdenciários	2.910	2.199
Tributárias	708	695
	<u>14.229</u>	<u>9.569</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 135.556 para os processos tributários em andamento, os quais são considerados como de risco remoto.

16. Provisão de manutenção

	31/12/2014		31/03/2015			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	21.010	5.095	824	(436)	2.940	29.433
Não circulante	31.559	2.009	475	-	(2.940)	31.103
Total	<u>52.569</u>	<u>7.104</u>	<u>1.299</u>	<u>(436)</u>	<u>-</u>	<u>60.536</u>
	31/12/2013		31/03/2014			
Total em 2014	<u>17.555</u>	<u>4.978</u>	<u>444</u>	<u>(50)</u>	<u>-</u>	<u>22.927</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a., 10,14 % a.a. e 12,29% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

Notas Explicativas**17. Receitas**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Receitas de pedágio	469.112	461.296
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	30.512	69.946
Receitas acessórias	5.828	10.263
Receita bruta	<u>505.452</u>	<u>541.505</u>
Impostos sobre receitas	(36.333)	(36.148)
Abatimentos	-	(1)
Deduções das receitas brutas	<u>(36.333)</u>	<u>(36.149)</u>
Receita líquida	<u>469.119</u>	<u>505.356</u>

18. Resultado financeiro

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(47.176)	(35.733)
Juros sobre mútuos	(8.112)	-
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(43.532)	(14.095)
Perda com operações de derivativos	(15.471)	(21.101)
Juros sobre impostos parcelados	-	(6.830)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.299)	(444)
Capitalização de custos dos empréstimos	3.713	10.250
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(14.974)	(16.909)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(578)	(1.015)
	<u>(127.429)</u>	<u>(85.877)</u>
Receitas Financeiras		
Ganho com operações de derivativos	34.560	22.355
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	18.622	21.440
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.101	2.424
Juros e outras receitas financeiras	447	417
	<u>58.730</u>	<u>46.636</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(68.699)</u>	<u>(39.241)</u>

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

	31/03/2015			31/12/2014		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	222.480	-	-	121.507	-	-
Contas a receber	-	7.630	-	-	6.811	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	107.106	-	-	118.150	-
Contas a receber com operações de derivativos	91.628	-	-	66.467	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(86.783)	-	-	(98.095)
Debêntures (a)	(1.023.638)	-	(1.150.651)	(849.238)	-	(1.268.823)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(48.417)	-	-	(45.946)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(10.181)	-	-	(9.606)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(283.246)	-	-	(275.134)
Contas a pagar com operações de derivativos	(57.476)	-	-	(51.404)	-	-
	<u>(767.006)</u>	<u>114.736</u>	<u>(1.579.278)</u>	<u>(712.668)</u>	<u>124.961</u>	<u>(1.697.604)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Debêntures mensurados ao custo amortizado: Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2015		31/12/2014	
	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)
Debêntures	1.152.579	1.471.417	1.271.044	1.280.689

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações financeiras	222.480	121.507
Debêntures	(1.023.638)	(849.238)
Derivativos	34.152	15.063

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures, de série única.

Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado		Resultado	
				Moeda Local	Moeda Local	Recebidos/(Pagos)	Moeda Local	Valores a receber/(recebidos)	Valores a pagar/(pagos)	Efeito acumulado ganho/(Perda)	Efeito acumulado ganho/(Perda)
				31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
Posição ativa			IPCA + 2,71%	141.170	141.170	-	-	-	-	-	-
Posição passiva	MeryllLinch	16/10/2017	88,95% do CDI	-	150.001 (143.317)	143.238 (139.507)	-	(8.651)	17.145	(10.461)	2.953
Posição ativa	Itaú	17/10/2013	IPCA + 4,88%	450.000	450.000	496.346	472.391	-	54.694	(27.877)	11.228
Posição passiva			98% do CDI	-	-	(469.529)	(456.802)	-	-	-	-
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	IPCA + 5,428%	100.000	100.000	104.359	99.432	-	6.002	(5.935)	2.097
Posição passiva			98,90% do CDI	-	-	(104.292)	(101.462)	-	-	-	-
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	IPCA + 5,428%	100.000	100.000	104.359	99.432	-	6.465	(5.789)	2.130
Posição passiva			97,65% do CDI	-	-	(103.683)	(100.886)	-	-	-	-
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	IPCA + 5,428%	50.000	50.000	52.180	49.716	-	3.195	(2.822)	1.063
Posição passiva			97,85% do CDI	-	-	(51.890)	(50.489)	-	-	-	-
Posição ativa	Votorantim	26/03/2015	IPCA + 5,428%	130.106	-	126.972	-	-	4.127	(4.509)	(382)
Posição passiva			94,86% do CDI	-	-	(127.354)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/03/2015				971.276	841.170	34.152	15.063	-	91.628	(57.476)	19.089
											1.254

Notas Explicativas

O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Riscos de juros	<u>19.089</u>	<u>1.254</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2016, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	161.775	(17.729)	(21.065)	(24.401)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	514.724	(68.064)	(78.750)	(89.476)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	583.835	(80.640)	(93.116)	(105.592)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(161.938)	17.747	21.086	24.426
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(514.723)	68.064	78.750	89.476
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(267.814)	36.991	42.714	48.437
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(130.414)	18.410	21.043	23.836
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	147.646	(16.301)	(20.342)	(24.370)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	472.795	(57.820)	(72.247)	(86.662)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	261.848	(32.088)	(40.096)	(48.097)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	130.281	(15.393)	(19.225)	(23.051)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	970.465	(132.876)	(166.289)	(199.776)
BNDES	Aumento da TJLP	Fevereiro de 2017	86.682	(6.719)	(7.933)	(9.146)
Total do efeito de ganho ou perda				(286.418)	(355.470)	(424.396)

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	12,60%	15,75%	18,90%
IPC-A ⁽³⁾	8,13%	10,16%	12,19%
TJLP ⁽⁴⁾	5,50%	6,88%	8,25%

Notas Explicativas

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2015, divulgada pela CETIP.
 (3) Refere-se à variação acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
 (4) Refere-se à taxa de 31/03/2015, divulgada pelo BNDES.
 (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

20. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2015, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo:

- Riscos de Engenharia – Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra – R\$ 37.547;
- Risco de Engenharia – Conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 78.800;
- Responsabilidade Civil – R\$ 98.500;
- Perda de receita – R\$ 175.012;
- Veículos: Cobertura para danos materiais de R\$ 76.000 (R\$ 500 por veículo) e para danos morais de R\$ 15.200 (R\$ 100 por veículo).

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 417.819, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outorga fixa	904.388	977.717	837.943	900.520

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Notas Explicativas

Esses compromissos atualizados até 31 de março de 2015 estavam assim distribuídos:

	Valor Nominal	Valor Presente
2015	219.986	215.571
2016	293.315	275.428
2017	293.315	262.312
2018	97.772	84.632
	<u>904.388</u>	<u>837.943</u>

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 73.329 (sendo R\$ 64.024 em caixa e R\$ 9.305 através de encontro de contas financeiros), referente ao direito de outorga fixa (R\$ 68.000 em 31 de março de 2014, sendo R\$ 59.451 em caixa e R\$ 8.549 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n°. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas.

b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 7.048 referente ao direito de outorga variável (R\$ 6.953 em 31 de março de 2014).

c) Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Compromisso de investimento	<u>149.153</u>	<u>156.821</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes.

d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo n°. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio econômico-financeiro

Notas Explicativas

do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

22. Demonstração de fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que afetaram o caixa devido aos pagamentos ocorridos e as transações que não afetaram o caixa pelas compras a prazo; cujos ajustes foram efetuados na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2015:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Fornecedores	15.087	12.719
Fornecedores - partes relacionadas	<u>(6.386)</u>	<u>(1.934)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u><u>8.701</u></u>	<u><u>10.785</u></u>
Adições ao ativo intangível	<u>(8.701)</u>	<u>(10.785)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u><u>(8.701)</u></u>	<u><u>(10.785)</u></u>

23. Eventos subsequentes

Dividendos

Em 28 de abril de 2015, foram aprovados os pagamentos de (i) dividendos de 2014 no montante de R\$ 94.000, representando aproximadamente R\$ 0,5371 ação e (ii) dividendos intermediários no montante de R\$ 65.250, representando aproximadamente R\$ 0,3739 por ação. Os pagamentos iniciaram-se em 28 de abril de 2015.

Lei 13103/2015

Em 16 de abril de 2015, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, conforme decisão comunicada pela Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo – Artesp, as disposições da Lei nº 13103/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 3 de março de 2015, relativas às tarifas de pedágio dos eixos suspensos dos caminhões, não se aplicam às rodovias paulistas, em razão do que mantém-se a cobrança normalmente.

* * *

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452-03

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho

Contador

CRC nº1 SP 246752/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório de Revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2015.

Jundiaí, 13 de maio de 2015.

Sr. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Sr. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório de Revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2015.

Jundiaí, 13 de maio de 2015.

Sr. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Sr. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração do EBIT ajustado e do EBITDA ajustado do 1T15 e de percentuais de variação ao longo do item 1.1 e 1.2 do comentário de desempenho. Alteração do percentual das margens EBIT, EBITDA e EBITDA Ajustada do 1T15 e 1T14, assim como do EBITDA Ajustado do 1T15 no quadro de reconciliação do EBIT e EBITDA do item 1.4 do comentário de desempenho. Alteração do valor do capital circulante negativo na nota explicativa 4 e inclusão de total na coluna Valores Brutos Liquidados - 31/12/2014 do quadro Instrumentos financeiros derivativos da nota explicativa 19.